



Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!

Edição Nº04

POLÍTICA OPERÁRIA

ASSEMBLEIA ESTATUTÁRIA ONLINE DO SEPE EM 7 DE AGOSTO DE 2021

A última assembleia do SEPE, em 7 de agosto, mostrou mais uma vez que as intenções das direções majoritárias do sindicato estão em franca oposição aos interesses da categoria. Passados mais de 18 meses de pandemia e paralisia dos sindicatos em geral no país, e do SEPE em particular, o debate agora é sobre eleições e congresso sindicais. A compreensão desse problema por parte dos trabalhadores da educação deve ser de que sem mobilizar e organizar os trabalhadores, qualquer debate sobre data de congresso ou de eleições é só disputa de cargos.

Os argumentos para as mudanças estatutárias são os mais estapafúrdios, repetem cantilenas antigas, como “a diretoria é proporcional e então a responsabilidade pelas propostas é de todos” ou “que é preciso acabar com a luta interna, que enfraquece o sindicato”. Mas o que se esconde por trás desses argumentos? Em primeiro lugar, a farsa da “responsabilidade de todos” não deve eximir as organizações que compõem a maioria da direção do sindicato e são responsáveis, concretamente, por não organizar os trabalhadores da educação para a luta. Em segundo, não é a luta interna que atrapalha o sindicato, pelo contrário, é o saudável e necessário processo de crítica e autocritica que faz qualquer movimento avançar. O que enfraquece o sindicato não é a divergência e sim a política da passividade e confiança nas instituições inimigas dos trabalhadores. Apenas aqueles que pretendem se manter no poder sem responder à necessidade da categoria é que temem a crítica. Apresentamos o problema de outra forma, é a ausência de um livre e democrático debate interno, que tem impedido o SEPE de avançar. Isso se materializa concretamente nas assembleias virtuais ultra controladas pela direção, com poucas falas sorteadas, que curiosamente são exaustivamente repetitivas e concordantes com o conteúdo político desta mesma direção.

O problema maior, e que temos que encarar de frente, é a Reforma Administrativa, que se encontra às portas de sua aprovação. Além deste problema, a BNCC segue seu ritmo de implementação e a campanha salarial já passa da hora de ser organizada. Como podemos ver, os trabalhadores da educação do Rio de Janeiro têm motivos de sobra para lutar. De onde vem então, tamanha paralisia?

Continuam com o discurso do isolamento social para inibir a mobilização. Mesmo com ameaças de exoneração de muitos que participaram da “greve pela vida”, mesmo

realizando o trabalho remoto. As iniciativas de protestos estão sendo feitas por coletivos e não pelo sindicato como um todo. Isso porque a direção do sindicato se recusa a convocar atos públicos, mesmo essa direção sendo de partidos que estão convocando os atos gerais contra Bolsonaro.

Mas as contradições não param por aí, a exigência anterior era que todos estivessem vacinados para voltar às atividades. Os professores se vacinaram, inclusive passando à frente de outras categorias que não puderam fazer o trabalho remoto. Qual é então o empecilho para atividades presenciais com todos os protocolos?

Em relação à realização do congresso online, poderemos ter um impasse, pois a maioria da direção tendo perdido a votação na assembleia estatutária, pode agora querer barrar o processo de reorganização começando pela eleição da diretoria. A votação na última assembleia foi clara. Haverá eleição direta da diretoria ainda esse ano e um congresso presencial em 2022, que deve ser antecipado em função da crise. Porém, não podemos parar o sindicato só nisso, é preciso organizar assembleias presenciais de regionais e núcleos, já.

Certamente teremos que fazer um congresso presencial e não para discutir reforma do estatuto, mas para organizar a defesa da categoria contra os ataques do governo que não cessaram na pandemia. O discurso triunfalista de que o sindicato levou uma grande luta na pandemia não corresponde à realidade. Passou a reforma da previdência no Rio, a BNCC no estado, e o arrocho de anos, sem falar nos problemas gerais de avanço da fome, miséria e desemprego. Tudo isso sem uma luta das direções sindicais, incluindo a do SEPE. Agora vêm os processos administrativos da greve permanente pela vida.

O fato da categoria estar sendo controlada por partidos reformistas e centristas, reduz as preocupações sindicais à simples troca de cadeiras. No mais, as propostas invariavelmente não saem da prosaica pressão sobre parlamentares, ações judiciais e até pressão sobre o ministério público. É inaceitável que um sindicato que representa uma categoria já muito humilhada por esses três poderes - legislativo, executivo e judiciário - se preste ao papel de conselheiros e até de fiscais de um governo que na outra gestão não titubeou um segundo no envio de tropas contra as professoras, num acordo com o criminoso Cabral. ►

O papel capitulador dessa direção vai ainda mais longe, impulsionando uma “greve” contínua, que já explicamos não passar de um boicote passivo, com manutenção do trabalho remoto, ou seja, um apoio à implementação do EaD. Assim, facilitaram o caminho dos governos, não só para manter o arrocho salarial, mas para introduzir o ensino a distância na rede. Se tornam, praticamente, coniventes com a BNCC e com a PEC 32. Os discursos formais contra esses ataques esbarram na política concreta de passividade que aplicam.

Mas finalmente, a tentativa de golpe saiu pela culatra e não será na próxima gestão que conseguirão impor o controle majoritário do sindicato. Ainda terão de suportar as críticas e principalmente não eliminarão com tanta facilidade a oposição. A votação foi apertada nessa assembleia estatutária, mas garantiu que as próximas eleições sindicais serão proporcionais. Isso não impede inteiramente as tentativas de golpes e manobras, mas mantém a possibilidade de uma ala descontente da diretoria denunciar tais conchavos.

Alegaram que o congresso é necessário pois a categoria precisa de um plano de lutas. Esta é uma declaração que visa

confundir. Os últimos congressos só discutiram estatuto e filiação em central ou confederação sindical (em 2014, na CSP, e em 2017, na CNTE). Na verdade, queriam um congresso antes das eleições para alterar o estatuto de novo, pois estão inconformados com as últimas decisões de congressos que refletiram processos anteriores de mobilização e greves massivas. Por causa disso, muitas das medidas foram no sentido de democratizar o sindicato, coisa que agora num franco processo de refluxo e derrotas pretendem reverter.

Por tudo isso, é hora de construir uma nova força que se guie pela independência de classe, denunciando essas táticas imobilistas e conciliadoras. É hora de construir a Corrente Proletária na Educação, que se guie pelo enfrentamento geral contra as políticas burguesas e a burocratização sindical que conduz às derrotas. É hora de organizar uma poderosa oposição que combata a burocratização e desenvolva o programa da democracia sindical.

TODA FORÇA À GREVE NACIONAL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO, NO DIA 18 DE AGOSTO!

Derrotar a reforma administrativa com a luta nas ruas! Abaixo a precarização dos serviços públicos!

Unir os funcionários públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, a juventude oprimida, os empregados e os desempregados, todos na luta em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos!

Que as direções sindicais e do movimento popular convoquem as assembleias e os comitês de base, para organizar a luta coletiva dos trabalhadores e da juventude oprimida!

Depois do quarto ato nacional contra o governo Bolsonaro, realizado no dia 24 de julho, a próxima grande mobilização, marcada para ocorrer no dia 18 de agosto, será a greve nacional do funcionalismo público, contra a PEC 32, da reforma administrativa.

O governo e seus aliados dizem que a reforma é necessária, para “eliminar privilégios” e para “modernizar o serviço público”. Quanta mentira! O mesmo discurso demagógico foi utilizado pela burguesia para justificar a aprovação da Lei do Teto de Gastos, e das reformas trabalhista e previdenciária. Depois, usado para privatizar a Eletrobrás e, agora, os Correios. A experiência demonstra, porém, que os verdadeiros privilegiados, das Forças Armadas e do alto escalão governamental, mantiveram as suas regalias. E os capitalistas continuam se apossando das estatais.

A reforma administrativa, ao contrário do que dizem os governistas, só ampliará a corrupção, que é inerente ao Estado burguês, ao estender as nomeações e indicações políticas para os cargos públicos. A verdadeira explicação para a proposta deve ser encontrada na crise do capitalismo. A ideia é enxugar ainda mais os gastos públicos, para, dessa maneira, garantir o pagamento da dívida pública, ou seja, tirar dinheiro do Orçamento para enfiar no bolso dos bilionários banqueiros.

Não por acaso, no centro da proposta do governo está o ataque à estabilidade no emprego dos funcionários públicos. O objetivo é nivelar por baixo os salários e direitos, além de impulsionar a privatização e a terceirização, tudo para favorecer a minoria exploradora. Com o fim da estabilidade, crescerá a ameaça patronal sobre os trabalhadores, como já acontece na iniciativa privada.

Um dos principais aspectos da reforma é o aumento da precarização dos serviços públicos, que são usufruídos pelos

mais pobres. Não podemos permitir que isso aconteça! Precisamos unir os funcionários públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, a juventude oprimida, os empregados e desempregados da cidade e do campo, contra a reforma administrativa!

Nossa luta deve ser pela retirada imediata da PEC 32, em defesa da estabilidade para todos os trabalhadores! Para isso, precisamos ligar essa luta ao combate mais amplo contra o governo Bolsonaro e a burguesia, erguendo as bandeiras de defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e vacinação para todos, priorizando os pobres e miseráveis.

Precisamos colocar toda a nossa força na greve nacional do funcionalismo, no dia 18 de agosto. Para além do serviço público, é preciso que os sindicatos e as centrais paralizem as fábricas. Paralisando a produção e a circulação de mercadorias, o movimento ganha força para enfrentar os governos e os patrões. O ponto de partida para isso é que as direções sindicais, do movimento popular e do movimento estudantil convoquem as assembleias presenciais, e formem os comitês de base unitários.

A Corrente Proletária na Educação defende que o dia 18 seja um verdadeiro dia nacional de luta, pela construção da greve geral! Não aos desvios eleitoreiros! Nada de subordinar o movimento ao Congresso Nacional! Enfrentar a burguesia, o governo Bolsonaro e o Congresso Nacional, que descarregam a crise sobre a maioria oprimida, com o método da ação direta das massas!